



**CLIPPING INTERNET**  
**28/03/2022 ATÉ 28/03/2022**



# INDÍCE

---

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	12
2	CNJ	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	FALECIMENTO	
	3.1 BLOG JAILSON MENDES.....	4
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG DO MINARD.....	5
	4.2 BLOG PAULO ROBERTO.....	6

## Presidente do TJMA dá posse a juízes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, deu posse aos juízes Bernardo Luiz de Melo Freire (titular da comarca de Poção de Pedras) na 4ª Vara da comarca de Pedreiras, de entrância intermediária e Antônio Agenor Gomes (titular da 1ª Vara Cível) no 2º Juizado Especial Cível e Criminal, ambos do Termo Judiciário de São José de Ribamar, da comarca da Ilha de São Luís), de entrância final.

O juiz Bernardo Luiz de Melo Freire foi promovido, pelo critério de merecimento, na Sessão Plenária Administrativa realizada no dia 16 de março de 2022. Participaram da solenidade de posse, os desembargadores Froz Sobrinho (corregedor-geral de Justiça eleito), e Jamil Gedeon, o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca (coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão) e familiares.

O juiz Antônio Agenor Gomes foi removido, a pedido, pelo critério de merecimento, no dia 16 de março de 2022. A posse contou com a presença do desembargador Bayma Araujo e do juiz Raimundo Praseres, do Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar, da Comarca da Ilha de São Luís.

## **Após ser encontrado, corpo de advogado que caiu em rio de Cajari é enterrado; TJMA, OAB e prefeitura de Viana divulgam nota**

Jailson Mendes / 28 de março de 2022

Diversas organizações divulgaram notas de pesar neste domingo (27), após a confirmação de que o corpo do advogado João Watson Coelho de Sousa foi achado. A vítima tinha desaparecido após sofrer um acidente na madrugada de sábado, na cidade de Cajari, no Rio Maracu. O corpo foi enterrado ontem mesmo.

### **Advogado foi enterrado em São Luis**

O advogado, que é natural de Viana e primo do prefeito de Cajari, Constancio Souza, estava a passeio na cidade. João Watson dirigia uma caminhonete por volta das 2h de sábado, quando perdeu o controle do veículo, derrubou uma mureta do cais e caiu no rio. Um carroceiro achou o veículo no mesmo dia.

A suspeita é de que o advogado João Watson tenha sofrido um mal súbito antes do acidente. O advogado morava em São Luís, tinha uma filha e estava em Cajari a passeio. Ele era presidente da Associação Desportiva de Vitoriense e assessor jurídico do desembargador Lourival Serejo.

### **Homenagens**

O Tribunal de Justiça do Maranhão divulgou uma nota. “O presidente do TJMA presta condolências, desembargador Lourival Serejo, vem expressando os mais sinceros pêsames, solidarizando-se com todos os familiares do servidor, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda. João Watson Coelho de Sousa exercia a função de assessor jurídico do gabinete do desembargador Lourival Serejo e sempre teve conduta exemplar no exercício de suas atividades profissionais enquanto servidor do Poder Judiciário do Maranhão”, disse.

“A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), também se solidarizou com a classe advocatícia, os familiares, amigos do advogado, João Watson Coelho de Sousa (OAB- 3846), falecido hoje, 27/03, vítima de um acidente de carro, no município de Cajari. Profissional atuante e que muito contribuiu para advocacia maranhense. A OAB/MA vem por meio desta, neste momento de dor e consternação, solidarizar-se aos seus familiares e amigos enlutados”, destacou a nota da OAB-MA.

“A prefeitura de Viana vem a público manifestar seu pesar pelo falecimento do advogado. João era primo do secretário de Agricultura, João Campelo, estimado e honrado cidadão vianense. Que seus amigos e familiares recebam nosso conforto e solidariedade neste momento de dor e saudade”, concluiu uma nota da Prefeitura de Viana.

## **OAB/MA RECEBE TJMA EM VISITA INSTITUCIONAL EM PROL DA AGILIDADE DA JUSTIÇA MARANHENSE**

A OAB Maranhão, por meio de sua diretoria e do Conselho Seccional, recebeu o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, e o coordenador de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, Francisco Reis Júnior, em uma visita institucional em prol da agilidade na Justiça Maranhense.

Na oportunidade, os visitantes fizeram a apresentação do programa Internet 4.0, um plano de projeção para um salto de qualidade do Tribunal até 2026, com foco especial na inovação tecnológica, uma diretriz do Conselho Nacional de Justiça.

A adesão de todas as instituições que integram o Sistema de Justiça, e em especial a OAB/MA, ao 'Justiça 4.0', do CNJ, deve ser realizada para implementar maior celeridade aos processos judiciais.

O presidente da OAB/MA, Kaio Saraiva, reafirmou os avanços tecnológicos do TJMA e como a Ordem desenvolve atividades em conjunto com a instituição, principalmente no suporte da classe advocatícia ao PJE, por meio de orientações de profissionais da tecnologia mantidos pela OAB/MA e da estrutura das Salas dos Advogados e dos Escritórios Compartilhados. Outro ponto destacado pelo presidente da Ordem foi o trabalho de digitalização desenvolvido em parceria entre o TJMA e a OAB/MA, que permitiram a digitalização dos processos em Imperatriz e em São Luís.

“A pandemia trouxe oportunidades e desafios. Hoje, o mercado advocatício maranhense tem atuação de diversos escritórios de fora do Estado, propiciados com o trabalho online. Um contexto que deve ser avaliado com cuidado principalmente na padronização das decisões judiciais. Os avanços tecnológicos impactam em maior celeridade, mas as habilidades comportamentais do advogado e do juiz serão sempre elementares ao projeto e aos jurisdicionados”, afirmou Kaio Saraiva.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, fez uma convocação a todos e todas as profissionais do Sistema de Justiça a fazerem parte desse processo de modernização, ressaltando a importância da OAB/MA. Ele lembrou de como as instituições caminharam juntas durante a pandemia em relação ao suporte da OAB/MA na digitalização dos processos. “Presencialmente, também procuramos atender as demandas da advocacia com a abertura de varas judiciais em Imperatriz, Timon, São Mateus e a próxima em Barreirinhas”, destacou Lourival Serejo.

A vice-presidente da OAB/MA, Tatiana Costa, e o secretário-geral da Ordem, Gustavo Mamede, posicionaram-se sobre a importância da modernização e da participação de todos no processo com a devida atenção para etapas que são insubstituíveis, como a atuação de profissionais como advogados, juízes, entre outros.

O presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MA, Mauro Ferreira, trouxe a preocupação com os profissionais mais experientes e o acesso ao processo eletrônico, apesar de todo o suporte das instituições como a OAB/MA e o TJMA.

“É importante que sejam criados organismos de controle e funcionamento dos balcões online assim como a busca incessante por mecanismos mais simples de acesso. Ele lembrou ainda da necessidade do retorno do funcionamento do Fórum Desembargador Sarney Costa em horário normal”, destacou Mauro Ferreira.

Participaram ainda da visita institucional vários presidentes de Comissões; Conselheiros Estaduais; o presidente vitalício da OAB/MA, Carlos Nina; o diretor da Escola Superior de Advocacia, Antônio Gaspar; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão, Ivaldo Praddo; e a vice-presidente da CAAMA, Alynna Almeida.

## **Núcleo de Conciliação participará do projeto Não Morra, Maria da Penha**

27 de março de 2022 omaranhense

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) irá participar do encerramento do projeto “Não Morra, Maria da Penha: a contribuição do Poder Judiciário maranhense na perspectiva e efetividade da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, neste sábado (26), a partir das 8h.

O evento - promovido pela 2ª Vara da Mulher de São Luís, sob a titularidade da juíza Helena Heluy - será realizado no estacionamento do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) , localizado na Rua da Estrela, Estrada do Gapara, s/n, Vila Embratel.

Na oportunidade, conciliadores e conciliadoras do Nupemec/TJMA, presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, irão divulgar os trabalhos da conciliação; orientar a população; solucionar conflitos de cidadãos e cidadãs, de forma rápida, simples e gratuita; além de agendar audiências presenciais ou por videoconferência.

### **SERVIÇOS**

Durante o evento, a população terá acesso a diversos serviços oferecidos pela equipe do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, tais como: audiências de divórcio, guarda, pensão alimentícia, reconhecimento voluntário de paternidade, demandas de vizinhança e negociação de dívidas com pagamento parcelado em cartão de crédito.

As pessoas também serão orientadas a resolver demandas e a registrar reclamações (referentes a Direito do Consumidor) na plataforma [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br) , que conta com a adesão de mais de 880 empresas.

Além dos serviços disponibilizados pelo Nupemec/TJMA, a população também terá direito à emissão gratuita de RG, cartão do SUS, atendimento psicossocial, emissão de contas e certidões, informações jurídicas, preventivo, mamografia, demandas de saúde (solicitação de consultas, exames, tratamento, cirurgia, medicamentos), dentre outros.

### **PARCERIA**

O encerramento da programação do projeto “Não morra, Maria da Penha” conta com a parceria de diversas instituições, dentre elas, a Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Viva Cidadão.

### **DOCUMENTOS**

Para ter acesso aos serviços oferecidos, cidadãos e cidadãs deverão comparecer ao local, munidos de

documentos de identidade, certidão de casamento (em caso de audiência de divórcio), certidão de nascimento (pensão e paternidade), fatura ou cobrança (dívida) além de cartão do SUS (demandas de saúde).

## NÃO MORRA, MARIA DA PENHA

O projeto “Não Morra, Maria da Penha” é realizado desde fevereiro de 2020, com o intuito de fortalecer a Rede de Proteção à Mulher, com a estratégia de busca ativa de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos principais bairros da capital. As ações foram iniciadas nos bairros da Cidade Operária e Bairro de Fátima, mas foram suspensas em virtude da pandemia da Covid-19 e retomadas neste ano.

O projeto é coordenado pela 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís, sob a titularidade da juíza Helena Barros Heluy. A iniciativa é promovida pelo Poder Judiciário em parceria com órgãos, entidades, associação e diversos segmentos da sociedade civil, por meio de ações articuladas, reuniões, seminários, oficinas, palestras, passeio ciclístico, dentre outras.

No último dia 20, foi realizado o “I Passeio Ciclístico de Combate à Violência Contra a Mulher”, promovido pelo Poder Judiciário e parceiros institucionais, com concentração em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Pedro II, no Centro Histórico, com largada em direção ao espigão da Prainha do Bonfim, e percurso total de 26km.

O objetivo do passeio foi dar visibilidade à implementação do projeto “Não Morra, Maria da Penha”, na comunidade do Itaqui-Bacanga, com ações voltadas para a sensibilização da comunidade em relação à importância da vida saudável, sustentabilidade e o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

No dia 21 de março, foi realizado o Seminário do Projeto Não Morra, Maria Da Penha, no auditório do COLUN/UFMA, com mediação da juíza Lúcia Heluy e participação da promotora de Justiça Selma Regina Martins, sobre o tema “Violência Doméstica: como reconhecer e prevenir”, e a assistente social Luiana de Barros, doutora em políticas públicas, sobre “Violência Psicológica: como identificar e combater”. Os eventos integraram a programação de eventos comemorativos do Dia da Mulher (8 de março).



## Judiciário orienta mulheres da Vila Embratel sobre conciliação

28 de março de 2022 omaranhense

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) irá participar do encerramento do projeto “Não Morra, Maria da Penha: a contribuição do Poder Judiciário maranhense na perspectiva e efetividade da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, neste sábado (26), das 8h às 14h30.

O evento - promovido pela 2ª Vara da Mulher de São Luís, sob a titularidade da juíza Helena Heluy - será realizado no estacionamento do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), localizado na Rua da Estrela, Estrada do Gapara, s/n, Vila Embratel.

Na oportunidade, conciliadores e conciliadoras do Nupemec/TJMA, presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, irão divulgar os trabalhos da conciliação; orientar a população; solucionar conflitos de cidadãos e cidadãs, de forma rápida, simples e gratuita; além de agendar audiências presenciais ou por videoconferência.

### SERVIÇOS

Durante o evento, a população terá acesso a diversos serviços oferecidos pela equipe do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, tais como: audiências de divórcio, guarda, pensão alimentícia, reconhecimento voluntário de paternidade, demandas de vizinhança e negociação de dívidas com pagamento parcelado em cartão de crédito.

As pessoas também serão orientadas a resolver demandas e a registrar reclamações (referentes a Direito do Consumidor) na plataforma [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br), que conta com a adesão de mais de 880 empresas.

Além dos serviços disponibilizados pelo Nupemec/TJMA, a população também terá direito à emissão gratuita de RG, cartão do SUS, atendimento psicossocial, emissão de contas e certidões, informações jurídicas, preventivo, mamografia, demandas de saúde (solicitação de consultas, exames, tratamento, cirurgia, medicamentos), dentre outros.

### PARCERIA

O encerramento da programação do projeto “Não morra, Maria da Penha” conta com a parceria de diversas instituições, dentre elas, a Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), o Serviço Social do Comércio (SESC), Viva Cidadão, além da Carreata da Mulher Maranhense.

### DOCUMENTOS

Para ter acesso aos serviços oferecidos, cidadãos e cidadãs deverão comparecer ao local, munidos de documentos de identidade, certidão de casamento (em caso de audiência de divórcio), certidão de nascimento (pensão e paternidade), fatura ou cobrança (dívida) além de cartão do SUS (demandas de saúde).

## NÃO MORRA, MARIA DA PENHA

O projeto “Não Morra, Maria da Penha” é realizado desde fevereiro de 2020, com o intuito de fortalecer a Rede de Proteção à Mulher, com a estratégia de busca ativa de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos principais bairros da capital. As ações foram iniciadas nos bairros da Cidade Operária e Bairro de Fátima, mas foram suspensas em virtude da pandemia da Covid-19 e retomadas neste ano.

O projeto é coordenado pela 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís, sob a titularidade da juíza Helena Barros Heluy. A iniciativa é promovida pelo Poder Judiciário em parceria com órgãos, entidades, associação e diversos segmentos da sociedade civil, por meio de ações articuladas, reuniões, seminários, oficinas, palestras, passeio ciclístico, dentre outras.

No último dia 20, foi realizado o “I Passeio Ciclístico de Combate à Violência Contra a Mulher”, promovido pelo Poder Judiciário e parceiros institucionais, com concentração em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Pedro II, no Centro Histórico, com largada em direção ao espigão da Prainha do Bonfim, e percurso total de 26km.

O objetivo do passeio foi dar visibilidade à implementação do projeto “Não Morra, Maria da Penha”, na comunidade do Itaqui-Bacanga, com ações voltadas para a sensibilização da comunidade em relação à importância da vida saudável, sustentabilidade e o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

No dia 21 de março, foi realizado o Seminário do Projeto Não Morra, Maria Da Penha, no auditório do COLUN/UFMA, com mediação da juíza Lúcia Heluy e participação da promotora de Justiça Selma Regina Martins, sobre o tema “Violência Doméstica: como reconhecer e prevenir”, e a assistente social Luiana de Barros, doutora em políticas públicas, sobre “Violência Psicológica: como identificar e combater”. Os eventos integraram a programação de eventos comemorativos do Dia da Mulher (8 de março).

## **CNJ e Tribunais do Maranhão discutem avanço do Programa Justiça 4.0**

27 de março de 2022 omaranhense

Nesta quinta-feira (24), juízes, diretores e os presidentes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) e Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) participaram do Encontro local do Programa Justiça 4.0 e da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar do cumprimento dos planos de ação e de trabalho fixados no Termo de Cooperação Técnica entre o CNJ e tribunais brasileiros, de acordo com os cronogramas de execução propostos para a implementação.

Participaram do encontro os presidentes do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do TRE-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo; do TRT/MA, desembargador Francisco José de Carvalho Neto; o juiz federal Marcus Lívio Gomes, secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ; os juízes auxiliares da Presidência do CNJ Alexandre Libonati, Anderson Paiva, Fábio Porto, João Azambuja e Dorotheo Barbosa-virtualmente; os juízes auxiliares Francisco Soares Reis júnior (TJMA), José Nilo Ribeiro (CGJMA) e Saulo Tarcísio de Carvalho (TRT-MA), além de juízes, juízas, diretores (as) e servidores (as) do TJMA.

O programa Justiça 4.0 busca a promoção do acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, enumerou as iniciativas já instituídas e em andamento no âmbito do Judiciário maranhense para cumprimento da política de inovação do programa, citando a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todo o Estado; a criação do laboratório de inovação; a digitalização e migração de processos físicos; realização do Hackathon no mês de abril; desenvolvimento de robô de inteligência artificial e automação para a agilização de tramitação processual; implantação do Visual Law; utilização do Diário de Justiça Eletrônico Nacional; ampliação da capacidade de processamento do Datacenter; integração do PJe com o SisbaJud; reforço das defesas cibernéticas para novos firewalls; utilização do programa Zoom para videoconferência; e implantação do Sistema PJe Mídias.

No tocante aos compromissos firmados pelo TJMA na reunião com os Tribunais de Justiça da Região Nordeste, afirmou que o TJMA está empreendendo esforços para o alcance de todos os projetos, especialmente o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual, os Núcleos da Justiça 4.0 (criados pela Resolução N° 29/2022), e o investimento na contratação de empresa com experiência do mercado para a tarefa específica de homologar e implantar a versão 2.2 do PJe. “Ratifico todo o empenho e dedicação do TJMA para a execução do programa Justiça 4.0. Estamos nos dedicando com muita atenção, muito esforço e concentração, fazendo disso o objetivo da minha administração que está findando, mas findando satisfeita porque deu um passo muito largo nesse setor”, concluiu.

Na reunião, o TJMA comprometeu-se a realizar todos os esforços para concluir a integração dos sistemas de processos eletrônicos que serão mantidos em atividade com a PDPJ até 30 de junho de 2022; concluir a implantação do CODEX em todas as bases de sistemas processuais até 31 de maio de 2022; concluir a desativação do sistema VEP até 28 de junho de 2022; concluir a desativação do PROJUDI até 26 de junho de 2022; e concluir a implantação do Núcleo de Justiça 4.0 até 30 de maio de 2022.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, juiz federal Marcus Lívio Gomes, falou sobre os desafios e objetivos da iniciativa, ressaltando que a premissa básica adotada na gestão do Conselho na implantação dos programas nacionais é o respeito à autonomia dos tribunais e às suas peculiaridades regionais, de forma que a premissa básica é o desenvolvimento compartilhado de produtos entre todos os tribunais, com a criação de uma espécie de loja de aplicativos própria do Judiciário. “Estamos aqui hoje para colher boas práticas, ouvir as necessidades dos tribunais, ouvir as demandas dos tribunais e tentar adaptar as resoluções dos programas do Conselho Nacional de Justiça a essas demandas locais”, afirmou.

O juiz Fábio Porto, auxiliar da Presidência do CNJ, apresentou que o Programa Justiça 4.0 surgiu com base em três objetivos primários: realizar a transformação digital do Poder Judiciário; possibilitar a integração de todos os tribunais de forma colaborativa e participativa; e conseguir obter dados confiáveis para trabalhar com uma política judiciária baseada em evidência. Para isso, o Conselho produziu uma gama de atos normativos e desenvolveu uma estrutura para dar sustentação ao projeto, como a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário, o Codex e uma série de módulos negociais.

Ele frisou ainda a cooperação técnica com todos os tribunais e órgãos superiores para fins de dotação orçamentária para contratação de serviços e realização de parcerias institucionais, e a cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “O objetivo desta reunião é identificar dentro de cada um dos três tribunais como se encontram nessa grande plataforma de ações que vem sendo capitaneada pelo CNJ e o estado em que cada tribunal está no contexto do programa”, pontuou.

Na segunda parte do encontro, o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Anderson Paiva falou sobre boas práticas em andamento nos tribunais brasileiros e sobre a criação de espaços de inclusão e cidadania em locais que não possuem sede de comarcas, com o fim de facilitar o acesso dos cidadãos e cidadãs aos serviços judiciários, especialmente voltado a pessoas que não possuem acesso à internet. Ficou acordado que será realizada uma nova reunião entre os Tribunais, com a finalidade de apresentar um projeto-piloto para o espaço de atendimento digital compartilhado.

Também participaram do Encontro local o diretor-geral do TRE-MA, Luan Matos; o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto; o coordenador de Infraestrutura e Telecomunicações, Cláudio Sampaio; o coordenador de Tecnologia da Informação do TRT-MA, Rafael Robinson de Sousa; o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MA, Gualter Lopes.

## PROGRAMA JUSTIÇA 4.0

O Programa Justiça 4.0 objetiva tornar o sistema judiciário mais próximo da sociedade, disponibilizando novas tecnologias e inteligência artificial para impulsionar a transformação digital do Judiciário e garantir serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis.

O Programa atua em quatro Eixos: Inovação e Tecnologia; Prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro e recuperação de ativos; Gestão de informação e políticas judiciárias; e Fortalecimento de capacidades institucionais do CNJ.

As principais ações do Programa consistem na Plataforma Digital do Poder Judiciário; Plataforma Sinapses / Inteligência Artificial; Plataforma Codex; Balcão Virtual; Núcleos de Justiça 4.0 e Juízo 100% Digital.